

Prefeitura Municipal de Itapuí

PROJETO DE LEI Nº 041 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS PARA SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DEMAIS BENEFICIOS É DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOSÉ GILBERTO SAGGIORO, Prefeito Municipal de Itapuí, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Artigo 1º)- Para solicitação de serviços públicos municipais e demais benefícios criados por Lei deverão obrigatoriamente os munícipes e ou / funcionários estarem em dia com os Tributos Municipais, sendo necessário no ato de qualquer solicitação junto a esta Prefeitura Municipal a consulta da regularidade fiscal do requerente.

Artigo 2°)- Os pedidos referente a ligação nova de água e ou/ esgoto somente serão deferidos mediante do pagamento da taxa referente aos

serviços e consulta da regularidade fiscal do requerente.

Parágrafo único - As solicitações para reparos na rede de água/esgoto residencial/comercial ou industrial, desentupimentos de rede de esgoto e demais serviços afins, somente poderão serão realizados mediante consulta da regularidade fiscal do proprietário ou do imóvel.

Artigo 3°)- As emissões de Alvarás de Licenças ou demais autorizações, somente serão emitidos após consulta da regularidade fiscal do

requerente e também do endereço informado.

Parágrafo Único – A aprovação de Projetos Residências ou demais projetos de engenharia deverão obrigatoriamente seguir o critério disposto

no artigo anterior.

Artigo 4°)- Para a concessão de auxilio pecuniário para transporte escolar aos alunos que atendam as exigências da Lei n° 2.167 de 21/03/2006 alterada pela Lei n° 2.231 de 12/09/2007, deverá o aluno apresentar até o dia 10 de cada mês junto a Diretoria de Educação do Município atestado de freqüência juntamente com a CND de Tributos Municipais referente ao endereço informado no cadastro de alunos, sob pena de cessar o direito do benefício.

Artigo 5°)- A solicitação do benefício da Bolsa de Estudo por funcionários públicos municipais, autorizado pela Lei n° 2.1.21 de 18/05/2005 alterada pela Lei n° 2.425 de 15/07/2011, deverá ser realizada mediante apresentação do comprovante de pagamento da mensalidade da instituição de ensino, bem como apresentação da CND de Tributos Municipais referente ao





## Prefeitura Municipal de Itapui

endereço informado pelo funcionário, sob pena de indeferimento do beneficio

Artigo 6°)- Nos casos comprovados de débitos por CND positiva de dívida ativa, poderá ser realizado o parcelamento previsto em Lei, porém para a solicitação dos serviços ou benefícios deverá o requerente comprovar o recolhimento referente a 50% do débito, e em caso de incidência de débitos do ano em curso não será permitido o parcelamento, sob pena de indeferimento da

Artigo 2º)- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, 13 DE SETEMBRO DE

Prefeito Municipal

RECEBI

Em, 45 de botombre de 2.043

Thais Lornanda Fria